

# Estados poderão renegociar

CLAUDIA SAFATLE

**BRASÍLIA** – O ministro da Fazenda, Pedro Malan, admite conversar sobre a possibilidade de renegociar as dívidas mobiliárias das prefeituras do Rio de Janeiro e de São Paulo, que juntas somam cerca de R\$ 9 bilhões. Ele garantiu, porém, que não há hipótese de o governo federal rever os acordos já assinados de reestruturação de dívida dos estados. Esses acordos envolveram o refinanciamento, por 30 anos e a juros altamente subsidiados (IGP mais 6% ao ano, em comparação com as taxas de mais de 40% em vigor), de uma massa de mais de R\$ 100 bilhões em débitos de 24 estados da federação (três

não assinaram). Malan acha que, se for o caso, poderá estender aos municípios que detém dívida mobiliária (fundamentalmente os dois citados) as mesmas condições dadas aos governadores.

A intenção de renegociar contratos já assinados foi manifestada pelos governadores recém-eleitos de Minas Gerais, Itamar Franco, Rio de Janeiro, Anthony Garotinho, e Rio Grande do Sul, Olívio Dutra.

“É da tradição dos governadores brasileiros achar que o mundo começa quando eles tomam posse. Não tem sentido isso. São contratos assinados que representam uma obrigação dos estados. Não se trata de uma promissória pessoal”, argu-

mentou o ministro da Fazenda, Pedro Malan, ontem, ao anunciar o programa fiscal do próximo triênio (1999-2001), que será a base de um acordo com o Fundo Monetário Internacional, a ser firmado nas próximas semanas.

Os 24 estados que firmaram esses contratos com a União já começaram a pagar as prestações mensais ao Tesouro Nacional ao longo deste ano. Segundo Malan, houve caso de quatro governadores, que ele não quis citar quais, que num determinado mês deixaram de pagar e o governo federal fez o que está previsto no contrato: não repassar os recursos das transferências constitucionais e, em caso ex-

tremo, arrestar receitas do ICMS dos estados.

O governo do Rio de Janeiro, segundo Malan, assinou o contrato de renegociação, mas ainda não enviou ao Banco Central a documentação necessária para detalhar o programa de ajustamento fiscal do estado.

Com base nesses programas, os estados devem cortar gastos e produzir um superávit nas suas contas, exceto pagamento de juros (primário) de 0,8% do Produto Interno Bruto (PIB). Por cautela e conservadorismo, contudo, nas metas para o ano que vem o ministro da Fazenda considerou a geração de um superávit de apenas 0,4% do PIB para estados e municípios.